

A Gestão e os Desafios da Divisão de Cultura e Turismo de São Geraldo: Um olhar sobre as experiências e colaborações

Management and Challenges of the Culture and Tourism Division of São Geraldo: A look at experiences and collaborations

Gabriela Rodrigues da Silva
Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, Brasil



André Luiz Lopes de Faria
Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, Brasil

Annaelise Fritz Machado
Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, Brasil

Marco Antonio Saraiva da Silva
Universidade Estadual Paulista, São Paulo, Brasil

RESUMO

Objetivo da Investigação: O turismo é uma atividade em franca expansão, apresentando diversas oportunidades para o desenvolvimento econômico, social e cultural. Este estudo, conduzido em São Geraldo (MG), analisa as ações de planejamento e gestão coordenadas pela Divisão de Cultura e Turismo, visando fortalecer a atividade turística a nível municipal. Descrever/analisar as iniciativas de planejamento e gestão desenvolvidas pela entidade, discutir as reverberações sobre a paisagem municipal e a população e, por último, compreender como se dá o engajamento da iniciativa privada e da população local. Assim, a questão orientadora é: De que forma as práticas de planejamento e gestão coordenadas pela Divisão de Cultura e Turismo de São Geraldo (MG) repercutem no desenvolvimento turístico municipal e de que maneira a iniciativa privada e a sociedade civil são-geraldenses se têm articulado e contribuído para sua estruturação?

Metodologia: A pesquisa adotou uma metodologia qualitativa, combinando pesquisa bibliográfica, documental e entrevistas estruturadas, realizadas com os dois representantes do poder público são-geraldense envolvidos na estruturação do segmento turístico: o gerente e a fiscal de contratos.

Originalidade/Valor: Os resultados indicam que o poder público são-geraldense atua de forma ativa, eficiente e propositiva no que tange ao desenvolvimento turístico municipal, contudo, desafios como o baixo engajamento social, a carência de mão de obra qualificada e o orçamento reduzido são persistentes, o que favorece a aproximação com a realidade de outros municípios brasileiros. O trabalho busca contribuir com a produção acadêmica sobre o planejamento e gestão municipal do turismo, assim como evidenciar a necessidade de que a população em geral esteja envolvida nesses processos, ressaltando suas expectativas, interesses e preocupações, concernentes a essa atividade que pode repercutir tanto na geração de renda e valorização cultural, quanto na desestabilização cultural e ambiental.

Palavras-chave: Planejamento Turístico; Gestão; Desenvolvimento Turístico; Participação Comunitária.

ABSTRACT

Research Objective: Tourism is a rapidly expanding activity that presents diverse opportunities for economic, social, and cultural development. This study, conducted in São Geraldo (MG), analyzes the planning and management actions coordinated by the Division of Culture and Tourism, aimed at strengthening tourism activity at the municipal level. Its objectives are to describe the planning and management initiatives developed by the entity, discuss their repercussions on the municipal landscape and population, and finally, to understand the nature of the engagement of the private sector and the local population. Thus, the guiding research question is: How do the planning and management practices coordinated by the Division of Culture and Tourism of São Geraldo (MG) impact municipal tourism development, and in what ways have the private sector and the local civil society organized and contributed to its structuring?

Methodology: The research adopted a qualitative methodology, combining bibliographic and documentary research with structured interviews conducted with the two public sector representatives from São Geraldo involved in structuring the tourism sector: the manager and the contract supervisor.

Originality/Value: The findings indicate that the public sector in São Geraldo operates in an active, efficient, and proactive manner regarding municipal tourism development. However, challenges such as low social engagement, a lack of qualified labor, and a limited budget persist, which aligns with the reality of other Brazilian municipalities. Therefore, this work aims to contribute to the academic body of knowledge on municipal tourism planning and management, as well as to highlight the necessity for the general population to be involved in these processes. Such involvement is crucial for them to voice their expectations, interests, and concerns regarding this activity, which has the potential to result in both income generation and cultural valorization, as well as in environmental destabilization and destruction.

Keywords: Tourism Planning; Management; Tourism Development; Community Participation.

1. Introdução

O turismo no Brasil se desenvolve a partir de uma base singular, marcada pela variedade de paisagens naturais, manifestações culturais e trajetórias históricas que se expressam de forma distinta em cada região. Sua expansão recente, observável em diferentes localidades, traz à tona a necessidade de examinar com cuidado seus múltiplos significados e desdobramentos. Nesse sentido, compreender o turismo em sua abrangência requer ir além de perspectivas unidimensionais, incorporando suas diversas facetas – sociais, ambientais e econômicas. Essa visão ampla se mostra relevante para abordar seus impactos e potencialidades de forma equilibrada. Nesse sentido, estabelecer parâmetros conceituais claros sobre a atividade turística se configura como etapa fundamental, servindo tanto para análise quanto para orientação de iniciativas no setor.

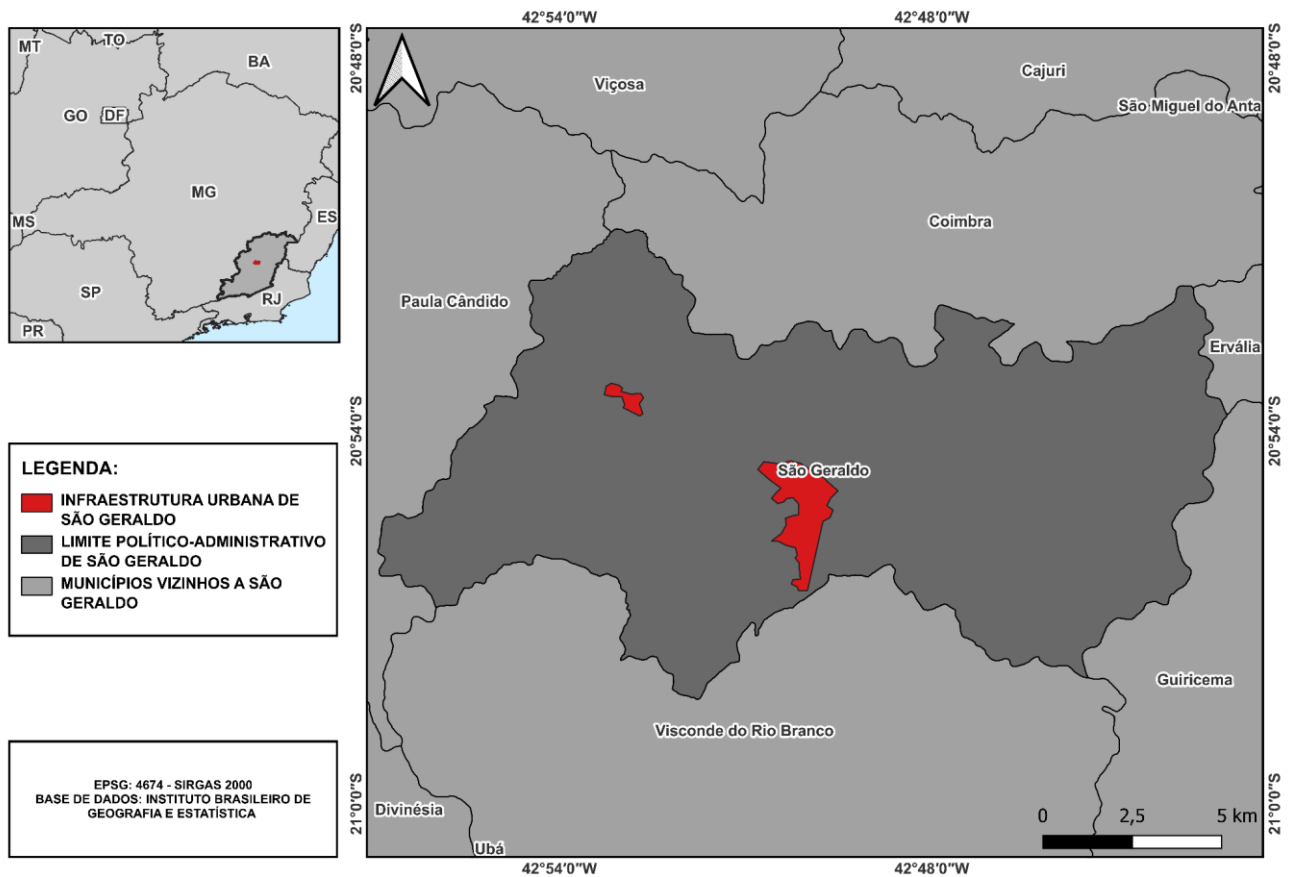
Em conformidade com Moser, Francisco e Andrade (2024), a dinâmica turística é multifacetada e moldável a diversos contextos. Dessa forma, a flexibilidade da prática admite seu ordenamento segundo princípios de justiça social e sustentabilidade, em vista a promoção de um desenvolvimento equilibrado e favorável a todas as partes envolvidas. Não obstante, os pesquisadores admitem que não há turismo sem turistas ou atração sem satisfação da demanda. Entretanto, sem que se desconsiderem as necessidades do mercado, é possível que o segmento seja planejado e gerido em diferentes escalas, o que, para além de enriquecer a experiência, tornando-a mais autêntica e sustentável, irá corroborar para o uso sustentável das diferentes paisagens.

Nesse cenário, Ruschmann (2016) alerta para o fato de que a franca expansão do turismo, nas últimas décadas, sobretudo, para áreas afastadas dos caóticos centros urbanos, tem desembocado em sucessivas problemáticas ambientais e sociais. Nesse cenário, o planejamento do turismo nas localidades turísticas é indispensável, posto que impedirá ou ao menos amenizará os danos sobre os meios visitados, mantendo a atratividade das localidades para as próximas gerações. Contribuindo para essa análise, Feger *et al.* (2024) discorrem que a administração municipal do turismo deve ser acompanhada da participação plural, mediata e imediata, da iniciativa privada e sociedade civil. A respeito da participação mediata, discutem o papel desempenhado pelos conselhos municipais de turismo, fundamentados em avaliações e sugestões coletivas, indiretas e moderadas, concernentes ao ordenamento turístico. A participação imediata, por sua vez, é amparada no aconselhamento, avaliação e monitoramento das ações públicas relacionadas ao turismo, identificando debilidades na gestão municipal, via audiências, canais de comunicação e fóruns. Estes mecanismos são enaltecidos quanto ao seu potencial de construir ideias, inovações e sugestões factíveis à governança municipal do turismo.

No tocante ao município de São Geraldo, localizado na Zona da Mata mineira, conforme a Figura 1, o planejamento e gerenciamento de ações voltadas à exploração do potencial turístico da cidade estão sob responsabilidade da Divisão de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer, subordinada à Secretaria Municipal de Educação. Essa divisão é composta exclusivamente por um gerente-turismólogo e uma fiscal de contratos-bibliotecária, que se empenham em apoiar e organizar os eventos da cidade, concretizar as ações de marketing, orientar o Conselho Municipal de Turismo (COMTUR) e o Sistema Municipal de Cultura (SMC) – ambas entidades formadas para estimular o diálogo engajado entre representantes da comunidade, empresariado e poder público – e realizar o trabalho burocrático, a partir de decretos, editais, licitações, normativas e planos.

Figura 1

Localização de São Geraldo, Minas Gerais, Brasil.



Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

Perante o exposto, este estudo pretende investigar de que forma as práticas de planejamento e gestão coordenadas pela Divisão de Cultura e Turismo de São Geraldo (MG) se repercutem no desenvolvimento turístico municipal e de que maneira a iniciativa privada e a sociedade civil são-geraldenses se têm articulado e contribuído para a estruturação do setor, logo, seus objetivos específicos são: (i) descrever as iniciativas de planejamento e gestão concatenadas pela Divisão de Cultura e Turismo; (ii) discutir as reverberações da estruturação do turismo sobre o meio ambiente e as pessoas; e, por fim, (iii) compreender como o poder público municipal visualiza o engajamento da iniciativa privada e da população local no desenvolvimento do segmento turístico. Dessa forma, pretende-se suscitar reflexões no que tange à adoção de práticas aprimoradas de gestão que possam fomentar um turismo sustentável que não apenas atenda às necessidades dos visitantes, mas também traga benefícios diretos à comunidade local e promova a preservação dos recursos naturais. Nesse contexto, é indispensável discutir abordagens e estratégias com o potencial de equilibrar o desenvolvimento econômico com a conservação ambiental, envolvendo tanto os agentes públicos quanto os integrantes da comunidade nas decisões e ações relacionadas ao turismo.

Na sequência, serão apresentados os métodos e procedimentos metodológicos utilizados para o atendimento aos objetivos supracitados, assim como a descrição do perfil dos entrevistados e os vieses dos pesquisadores

envolvidos. No terceiro tópico infere-se a discussão teórica acerca da primordialidade do planejamento em turismo, a fim de maximizar o desenvolvimento socioeconômico e minimizar os impactos negativos sobre a natureza e sociedade, discorrendo, ainda, sobre a importância de que haja uma colaboração atuante e criteriosa entre a iniciativa privada, poder público e sociedade civil, na estruturação dessa prática social. No quarto tópico, descrevem-se e discutem-se as informações obtidas junto aos responsáveis pela Divisão de Cultura e Turismo de São Geraldo. Por fim, são sistematizadas as considerações finais e as possibilidades de pesquisas futuras.

2. Métodos e procedimentos metodológicos

O presente estudo empregou a abordagem qualitativa, na medida em que se adotou uma postura interpretativa frente aos conflitos e tensões abarcadas pelo objeto de estudo. Em igual medida, houve expressiva preocupação com o percurso de obtenção de dados, em detrimento dos resultados gerados, se orientando ao espaço geográfico para contatar os agentes sociais e compreender minuciosamente suas ações e objetivos a longo prazo (Marafon *et al.*, 2013). Ademais, reconhece-se que o escrito espelha as trajetórias acadêmicas e profissionais daqueles que se envolveram na elaboração, focalizando arcabouços teórico-metodológicos e experiências práticas complementares e distintas em Geografia e Turismo, o que permitiu a discussão contextualizada e crítica das bibliografias, documentos e entrevistas, sobretudo, no tocante ao planejamento, gestão e participação comunitária no ordenamento do território. Por isso, se optou pela adoção de procedimentos metodológicos que favorecessem a análise colaborativa dos dados, em vista a minorar possíveis vieses individuais.

Mediante isso, a técnica mobilizada para o atendimento dos objetivos listados é a de pesquisa bibliográfica, entrevista e análise de conteúdo. Segundo Marconi e Lakatos (2006), a pesquisa bibliográfica compreende o acesso a toda bibliografia pública acerca do tema de estudo, podendo essas serem publicações avulsas, boletins, jornais, livros, pesquisas, materiais cartográficos, etc., assim como meios de comunicação orais. Logo, se infere que a premissa básica é a de permitir que o pesquisador contate tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado tópico, propiciando a análise de um tema sob um novo enfoque e abordagem. No caso em questão, se ansiava por delimitar concepções complementares e distintas de planejamento turístico, assim como discorrer sobre a importância da participação comunitária no processo, considerando as reverberações negativas e positivas desse em seu espaço e modo de vida (Marconi & Lakatos, 2006).

A entrevista, por sua vez, é o encontro entre duas ou mais pessoas com a finalidade de obter informações a respeito de um determinado assunto, sendo esse procedimento empregado na investigação social, coleta de dados, diagnóstico e tratamento de um problema social (Marconi & Lakatos, 2006). De tal maneira, a entrevista foi movida pela indispensabilidade de se identificar as ações de planejamento pleiteadas pelo poder público municipal, ao se tratar da melhoria da qualidade dos bens e serviços turísticos e da ampliação da participação da comunidade. Essa técnica esteve amparada pela deliberação do Conselho de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de Viçosa (CEP-UFV), sob o parecer de número 7.055.108.

Posto isto, foram conduzidas duas entrevistas, o que se justifica pelo fato de a fiscal de contratos e o gerente se apresentarem como a totalidade dos agentes públicos envolvidos na gestão municipal do turismo em São Geraldo. Logo, são os sujeitos com a aptidão necessária a informarem os pesquisadores sobre as iniciativas voltadas ao desenvolvimento turístico municipal, o que não compromete a profundidade do estudo, pois seu objetivo principal é o de entender as iniciativas de planejamento e gestão coordenadas pelo poder público local. Acerca dos sujeitos focalizados, indica-se que a fiscal de contratos é natural de São Geraldo, mas residiu e trabalhou por longos anos no município de Ubá, território fronteiriço ao deste estudo. Sua formação é em Biblioteconomia e seu cargo efetivo na Prefeitura Municipal de São Geraldo é o de bibliotecária, tendo-o exercido por mais de 8 anos. Contudo, desde 2021, tem oferecido suporte para a resolução de burocracias da pasta de Cultura e Turismo. O gerente, que é natural de São Geraldo, possui bacharelado em Turismo, pela Universidade Norte do Paraná (UNOPAR) e, desde março de 2022, ocupa o posto de gerência da entidade. Vale salientar que, anteriormente ao convite para assumir a pasta, o mesmo já ocupava, há mais de 20 anos, um cargo efetivo de motorista.

Adiante, as entrevistas foram conduzidas separadamente, entre as 08:00 e 10:00 da manhã, em dias distintos (13 de setembro de 2024 e 18 de outubro de 2024), na mesma medida em que se adotou a entrevista estruturada, ou seja, aquela em que o entrevistador segue um roteiro previamente elaborado, de modo a que se obtenham informações precisas, reações, comentários, etc. (Marconi & Lakatos, 2006). O roteiro contou com 15 questões e um espaço de diálogo e problematização, conforme o anexo, alinhando-se às dimensões teóricas em estudo e buscando produzir dados sobre as iniciativas de planejamento e gestão coordenadas por essa instituição, assim como promover reflexões no tocante aos desafios e potencialidades do desenvolvimento municipal do turismo. As perguntas se voltaram a contemplar os seguintes tópicos: (i) formação e experiência dos entrevistados; (ii) desafios e possibilidades de atuação da Divisão de Cultura e Turismo; (iii) papel desempenhado pelo Plano Municipal de Turismo quanto à estruturação do setor e aos obstáculos enfrentados para sua concretização; (iv) engajamento da iniciativa privada e da sociedade civil no que se refere à estruturação do segmento; e, por fim, (v) ações do governo estadual para a promoção turística e para a necessidade de serem estabelecidas parcerias público-privadas.

O procedimento metodológico para o tratamento dos dados obtidos foi o de análise de conteúdo que, de acordo com Franco (2005), se apoia em uma concepção crítica e dinâmica da linguagem, seja ela diretamente provocada, documental, figurativa, gestual, silenciosa ou verbal. Assim, tem por intuito a busca analítica, descritiva e interpretativa dos significados que diferentes grupos atribuem às mensagens. No caso em questão, a análise seguiu a leitura das falas, a categorização em desafios, limites e possibilidades do planejamento e gestão do setor turístico em São Geraldo – um recorte espacial pouco versado em pesquisas acadêmicas – e a identificação de convergências e divergências entre as falas dos atores, em vista a amparar a autorreflexão da iniciativa privada, poder público e sociedade civil são-geraldense, assim como servir de inspiração e questionamento aos que ocupam encargos de gestão em pastas de turismo nos demais municípios brasileiros. Com isso, espera-se que a análise contribua para um diálogo mais enriquecedor entre teoria e prática, permitindo que novas estratégias de gestão sejam desenvolvidas e fundamentadas em uma ampla gama de conhecimentos e experiências. Essa abordagem integral resulta em um panorama mais completo e capaz de informar decisões que promovam um turismo mais responsável e sustentável.

3. Notas acerca do planejamento em turismo e da participação comunitária no processo

Consoante Candaten, Silva e Motta (2022), as cidades e seus destinos turísticos são concebidos a partir de características identitárias, existentes em suas histórias, culturas, paisagens e relações. Sendo assim, tais características devem ser preservadas e refletidas na ocasião de organização espacial dos lugares, de modo a evitar a perda de identidade e representatividade e, conseqüentemente, sua transformação em não-lugares. Posto isto, o planejamento urbano e turístico, voltado ao desenvolvimento de uma localidade a partir da dotação de infraestrutura e melhorias em serviços públicos, teria como premissa básica a consideração de suas singularidades, a fim de conservar seus valores e essências, o que é primário em um contexto no qual o turismo dispõe de uma diversidade de segmentações – segundo sua finalidade, destino e público alvo – podendo impactar na reprodução de destinos e na maximização do fluxo de visitantes, o que desembocaria na descaracterização dos lugares e no turismo predatório.

Em consideração a isso, Santos (2024) assume a instrumentalização como intrínseca à dinâmica de apropriação e transformação dos lugares em destinos turísticos, reiterando que, como todo processo mediado pela técnica, a finalidade da ação será delineada por pessoas ou grupos que pensam, planejam e executam. Logo, mesmo que em teoria se recorra ao crescimento econômico e ao desenvolvimento sociocultural como justificativas para a estruturação do segmento turístico, as alterações na paisagem acabarão por desembocar em novos sentidos e significados para as pessoas que a vivenciam. Sendo assim, cabe a reflexão de que as racionalidades emergentes, por seu caráter direcionado e intencional, terão como interesse primário a geração de lucro, pelo que a paisagem será corroborada como mercadoria, deslocada de seu contexto socioeconômico e histórico-cultural e inserida na racionalidade capitalista dominante. Nesse contexto, está a essencialidade de formulação dos planejamentos participativos, envolvendo as comunidades, os empreendedores e os representantes do poder público, de modo a conciliar o máximo de reivindicações possíveis e consolidar políticas éticas.

Acrescentando essa discussão, Pourbahador e Brinkhuijsen (2023) ao investigarem as estratégias de preservação do patrimônio histórico-cultural em Amsterdão, corroboram a perspectiva de que a preservação dos sentidos de um lugar deve ser antecedida por uma abordagem holística de gestão, considerando a estruturação de instrumentos de planejamento e monitoramento atentos às dimensões ambiental, cultural, econômica e social. Para isso, é indispensável que haja o alargamento da sensibilização e participação dos cidadãos na gestão dos territórios, principalmente, os da juventude, a fim de ampliar o comprometimento, sentimento de pertencimento, diversidade de vozes e manter a transparência dos processos que fundamentam os ordenamentos locais.

Similarmente, Faria (2021) partilha da perspectiva de que a dinâmica turística de apropriação do espaço para o desenvolvimento de infraestruturas e serviços correlatos nas áreas rurais e urbanas deve vir acompanhada da investigação sistemática de suas características abióticas e bióticas, visto que a desconsideração desses fatores pode provocar uma relação desarmônica entre sociedade e natureza, impulsionando desequilíbrios socioambientais como o desmatamento, arenização, desertificação, poluição atmosférica e hídrica, ocupação de áreas de risco (como encostas e margens de rios) e depredação de patrimônios materiais e imateriais. Assim, a exploração econômica dos lugares, a partir da estruturação da oferta turística, traz consigo a necessidade de um planejamento territorial

cuidadoso e do monitoramento periódico, conscientes da premissa de que todo tipo de turismo, por mais "brando", "ecológico" ou "sustentável" que se apresente, tem o potencial de transformar e violentar, massivamente, o meio ambiente e a sociedade na qual se introduz. Na concepção de Binfaré et al. (2016), o planejamento é apreendido como o processo de fixar objetivos, estabelecer a melhor maneira de alcançá-los e, preferencialmente, avaliar as consequências e resultados das escolhas que foram feitas. Para isso, é imprescindível a organização integrada e sistemática das ideias e decisões, assim como a ordenação de recursos materiais e humanos, e a demarcação de métodos, tempo e localização espacial. Nesse contexto, Faria (2021) expressa que o planejamento é um processo demorado, dispendioso e minucioso, que deve envolver pesquisas incessantes, integradas e profundas, tal como o acesso a literatura científica produzida pelas mais diversas ciências (antropologia, arquitetura, biologia, geografia, sociologia, etc.). Para além disso, o compromisso em envolver a população local e os profissionais das mais diversas áreas (equipe multidisciplinar) é novamente afirmado.

Outrossim, Góis e Carvalho (2022) estipulam que o planejamento urbano e o turístico devem criar condições para ampliar a oferta de lazer, estimulando a implantação e/ou revitalização de equipamentos, que devem ser apropriados tanto para moradores como para eventuais visitantes, de modo a conciliar os diferentes usos dos espaços de vivência e de convivência sociocultural. Nesse sentido, Senna e Magagnin (2023) discutem a essencialidade de que as cidades brasileiras, sobretudo aquelas com potencialidades turísticas, proporcionem espaços inclusivos a todos os sujeitos, independentemente de sua condição econômica, física, intelectual e social. Para isso, é primário reconhecer que o desenho dos espaços públicos e privados interferem, consideravelmente, em aspectos físicos, psicológicos e sociais dos usuários, além de incidirem sobre a frequência e os tipos de uso que serão feitos, pelo que nas cidades devem ser planejadas, geridas e monitoradas ações de curto e médio prazo com o potencial de melhorar a qualidade espacial de tais locais.

Concisamente, o planejamento deve ser assumido, também, como um processo político-ideológico, já que exprime anseios, objetivos e as visões de mundo dos atores sociais que o conduzem, de tal maneira que é verídica a existência de planejamentos autoritários – pouco comprometidos com a mudança social – e planejamentos participativos, que realizam escutas das comunidades direta e indiretamente atingidas. Outrossim, para Cruz (2006), o ato de planejar envolve simultaneamente a elaboração de políticas, ou seja, de documentos públicos que reúnam as impressões do poder público (local, estadual, regional e nacional) acerca do desenvolvimento dessa atividade em um dado território. Esses documentos devem englobar objetivos, metas, diretrizes e estratégias que reconheçam o fato de que o turismo se estabelece sobre um espaço concreto, herdado, histórico e socialmente construído, com a finalidade de que o projeto não reflita, exclusivamente, interesses particulares de atores econômicos e sociais específicos. Nesse contexto, é preciso romper com políticas públicas de turismo orientadas, exclusivamente, por lógicas econômicas e mercadológicas, e dissociadas de outras políticas setoriais, como as do meio ambiente, saúde e segurança, dadas as características de diversidade biológica, cultural, econômica e social, intrínsecas ao território brasileiro, e que não devem ser dispensadas ou invisibilizadas no devir de se planejar a dinâmica turística (Irving, Lima & Nasri, 2022).

Frente a isso, Loch e Walkowski (2009) reiteram a prioridade de que haja a participação popular nos planejamentos

turísticos coordenados pelo poder público e empresariado local. Para eles, o processo participativo se constitui como uma estratégia de sensibilização e mobilização da comunidade receptora, visto que facilitará a identificação de atrativos ambientais, culturais e históricos, incentivará o turismo como renda complementar e fomentará o desenvolvimento econômico alternativo no local. Além disso, Cruz (2006) alerta que a população residente deve se inserir profundamente nas decisões que dizem respeito ao turismo, posto que, por mais importante que o turismo possa ser, o cotidiano envolve questões como política, saúde, educação, segurança, preservação da natureza, etc., aspectos que podem ser fortemente abalados por um desenvolvimento turístico acelerado e ineficazmente planejado. Goliath-Ludic e Yekela (2020), ao discorrer sobre o impacto das atividades turísticas em Butterworth, na África do Sul, comungam com a perspectiva de Cruz (2006), ao salientar o potencial dessa atividade quanto à geração e descarte inadequado de resíduos. Para os autores, é explícita a necessidade de que sejam propostas avaliações, campanhas de conscientização e monitoramentos eficazes para a proteção do meio ambiente. Assim, corroboram com o ponto de vista de que as comunidades locais devem ser incorporadas, pelos planejadores públicos de turismo, nos processos decisórios, principalmente, ao fazerem referência a práticas sustentáveis de preservação equilibrada da natureza.

Por conseguinte, Vieira, Araújo e Serra (2016) defendem que o poder público deve primeiro melhorar a estrutura de uma localidade para depois inserir o turismo, de tal modo que se consolide, antecipadamente, a melhoria da qualidade de vida das comunidades locais, por intermédio da organização da vida econômica, conservação do meio ambiente e valorização da cultura, hábitos e modo de vida. Sendo assim, é elementar que se envolva a população local e a gestão municipal e estadual no processo de definição dos objetivos, elaboração de instrumentos, procedimentos e indicadores para a avaliação do planejamento e gestão do desenvolvimento local do turismo, de modo que não se constitua um cenário em que os empreendimentos sejam alheios aos seus entornos, negando benefícios básicos as comunidades receptoras – já que a distribuição de riqueza por parte do setor é condicionada pelo tipo de sociedade em que a prática se insere – e tornando problemática a integração sociocultural entre turista-comunidade (Cruz, 2003). Por isso, se delinea a importância de políticas públicas de turismo, tal como o planejamento e ordenamento, que considerem intimamente as especificidades, limitações e potencialidades do território, assim como os interesses de distintos agentes sociais do turismo, com vista a engendrar de maneira concomitante o desenvolvimento das atividades, comunidades e territórios ligados ao setor, independentemente de sua escala (Viana & Fratucci, 2023).

Em síntese, a abordagem integrada se mostra essencial para promover um desenvolvimento turístico que beneficie simultaneamente a atividade econômica, as comunidades receptoras e a preservação dos territórios, independentemente da escala de atuação. Esta compreensão teórica encontra eco prático no caso de São Geraldo, que examinará como esses princípios têm sido aplicados concretamente na gestão municipal do turismo, avaliando em que medida as políticas locais incorporam as especificidades do território e como articulam os diferentes atores sociais envolvidos no processo. A análise permitirá confrontar os pressupostos teóricos aqui apresentados com sua operacionalização no contexto específico do município, revelando desafios, avanços e lições aprendidas na construção de um modelo de desenvolvimento turístico verdadeiramente integrado e sustentável.

4. Discussão das ações de planejamento e gestão coordenadas pelo poder público são-geraldense

Este tópico apresenta uma análise qualitativa das entrevistas realizadas com os profissionais responsáveis pela Divisão de Cultura e Turismo de São Geraldo, nos dias 13 de setembro e 18 de outubro de 2024. O objetivo central foi compreender, a partir da perspectiva desses atores-chave, os processos de implementação das políticas públicas municipais voltadas para o desenvolvimento turístico e aprofundar a compreensão sobre as percepções, experiências e desafios enfrentados por esses atores no que diz respeito ao desenvolvimento turístico municipal. Diante disso, as informações apresentadas foram construídas com base nas entrevistas, em que, generosamente, os profissionais compartilharam seus conhecimentos e vivências no âmbito da Divisão de Cultura e Turismo. De modo a preservar sua integridade e privacidade, se optou por nomeá-los de entrevistado 1 e entrevistado 2. Na sequência, se apresentam, sumariamente, os avanços conquistados, os obstáculos enfrentados e as perspectivas futuras para o turismo no município, conforme anunciado pelos gestores.

A partir disso, ao serem questionados sobre se sentem aptos para coordenarem as ações de planejamento e gestão atribuídas ao setor, o entrevistado 1 disse que atualmente sim, entretanto, na ocasião em que assumiu o posto, tinha apenas noções básicas, dado que a gestora anterior trabalhava no Centro Cultural – edifício que aglutina a Biblioteca Municipal Laura Casulari e o Museu Ferroviário – o que lhe permitia manter uma escuta atenta e reflexiva sobre o que era falado. O entrevistado 2, por sua vez, disse que a aptidão para comandar a entidade está sendo adquirida com o tempo e com as pessoas com quem trabalha, por isso, discordou da expressão "totalmente apto", pois, em sua concepção, alguém assim não precisaria do apoio de nenhum colaborador, poderia desempenhar todos os encargos. Nesse contexto, Dotto *et al.* (2018), ao refletirem sobre o território da Quarta Colônia, no Rio Grande do Sul, sinalizam que a atuação desarticulada, discreta e dispersa do poder público, no que tange ao desenvolvimento do turismo, decorre, maiormente, da ausência de formação específica em Turismo ou de qualificações contínuas na área por parte de seus gestores, o que acaba reverberando em planejamentos e gestões precárias. No caso em estudo, os profissionais possuem ou bacharelado em Turismo ou se capacitam mediante a participação engajada em encontros, palestras, seminários, etc., versando a temática.

Em relação às dificuldades enfrentadas pelo setor, ambos concordam que o número reduzido de pessoas na Divisão e, conseqüentemente, o excesso de trabalho, são restrições ao seu pleno funcionamento, na medida em que são apenas dois os profissionais que precisam arcar com todos os encargos e repercussões dos eixos de Cultura, Patrimônio e Turismo, que se fazem cada vez mais complexos. Desse modo, o entrevistado 1 pontua o diálogo com a administração municipal para transformar a entidade em Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer, de modo a permitir uma contratação mais abrangente de pessoal. Novamente, Dotto *et al.* (2018) assumem que o maior desafio dos segmentos de cultura e turismo se encontra no fato destes não serem eleitos como áreas prioritárias pelas administrações públicas municipais, o que se tem repercutido em alegações sobre a carência de estrutura, pessoal, tempo e verba.

Por conseguinte, se discute o fato de que o turismo se encontra em plena expansão no Brasil, visto que arrecadou

R\$55,4 bilhões no primeiro trimestre de 2025, superando o recorde anterior, de 2014, quando houve a receita de R\$52,5 bilhões (Brasil, 2025). Ademais, até abril, foram geradas mais de 88 mil vagas de emprego em segmentos correlatos, tais como os de alojamento e alimentação, artes e cultura e transporte rodoviário (Brasil, 2025). Contudo, essa atividade, costumeiramente, tem se desenvolvido de forma desordenada e com objetivos de curto prazo, logo, se questionou se esse era o cenário visualizado em São Geraldo. De acordo com o segundo entrevistado, o trabalho está caminhando de forma satisfatória, o que pode ser percebido na construção do Centro de Atendimento ao Turista (CAT), na compra de um veículo para divisão, no aumento exponencial do valor do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) do Patrimônio Cultural e do Turismo, e na finalização de obras de dotação de infraestrutura básica para o beneficiamento da atividade.

O entrevistado 1 salienta que as ações de planejamento e gestão se encontravam bastante desordenadas, pois os empreendedores e a população local não compreendiam o que era a dinâmica turística, associando-a, tão somente, à realização de eventos com abrangência regional, tal como o Carnaval e a Festa Country. Assim, com a criação das redes sociais do setor, principalmente, o Instagram e o canal do YouTube, está se ampliando a visão de que há muitas atividades a desenvolver em São Geraldo, muitos produtos turísticos para consumir, mesmo que ainda haja escassez de guias turísticos, ausência de um transporte intramunicipal e carência de investimentos significativos na área. Em relação aos eventos municipais, há que concordar com Bahl (2005), quando infere que esses tendem a agregar valor à oferta turística das cidades, gestando fluxos de pessoas, possibilitando a maior permanência e se metamorfoseando em atrativo ou motivo principal para o deslocamento, o que pode se conformar como uma estratégia para combater a sazonalidade e, conseqüentemente, engrandecer a captação de divisas, empregos e investimentos. Entretanto, é reducionista e problemática a interpretação de que a atratividade de São Geraldo está reduzida aos eventos, sendo que, como apontado pelo entrevistado 1, existem muitas outras coisas a ser feitas no município.

Sequencialmente, se inquiriu se São Geraldo possuía um Plano Municipal de Turismo e quais os atores envolvidos em sua criação. Segundo o entrevistado 2, essa é herança da administração anterior, tendo passado por uma série de modificações, desde 2022, quando este e o entrevistado 1 assumiram suas posições. De acordo com levantamentos, verificou-se que a gestora anterior prestou serviços de coordenação e consultoria na área de turismo em São Geraldo, entre janeiro e setembro de 2019, tendo recebido o convite para assumir a gestão da Divisão de Cultura e Turismo a partir de então. A preservação do documento é explicada pela essencialidade em se evitar o despendido desnecessário de recursos públicos e, também, pelo fato de esse documento versar sobre a dotação de infraestrutura básica nas imediações dos principais atrativos turísticos de São Geraldo, logo, o não cumprimento de suas estratégias/metaspoderia desembocar em resultados negativos sobre a atração e permanência de mais pessoas na localidade. Outrossim, o primeiro entrevistado discute que o Plano é indispensável para se pleitear o ICMS do Turismo, de modo que sua adaptação e revisão se deu com a orientação da consultoria empregada, pois os membros da Divisão ainda não se sentem seguros para montá-lo em sua totalidade. Ademais, foi definido um tempo menor (2 anos), visando sua frequente modificação, a partir de reuniões programadas com o Conselho Municipal de Turismo (COMTUR), responsável por sua aprovação e publicação.

Consoante Vieira, Araújo e Serra (2016), existe uma primordialidade quanto à formulação de leis e regulamentos específicos para as realidades locais e regionais, diante do fato de que os planos nacionais de turismo não atendem às particularidades de todo o território brasileiro. Assim sendo, a formulação de diretrizes locais garantiria o aperfeiçoamento e gerenciamento do segmento, suscitando a visualização, por parte das comunidades e empreendedores, de oportunidades de emprego, renda e valorização cultural, anteriormente, não vistas. Igualmente, Cruz (2006) discute que a política pública de turismo deve contemplar os pensamentos dos poderes públicos local, estadual e nacional, posto que o dever de planejar não se concretiza em um espaço "plano" ou "vazio", mas sobre uma realidade concreta, herdada, histórica e socialmente construída, implicando, também, indispensabilidade de articulação com outras políticas setoriais.

No que diz respeito às dificuldades encontradas para sua implementação, ambos concordam que a escassez de mão de obra assume a posição central. Contudo, anteriormente a 2024, o problema maior era a insuficiência do ICMS do Turismo, já que os repasses para o setor variavam entre três e cinco mil reais por mês, apesar do município ser creditado com nota 10. Atualmente, São Geraldo recebe um valor 5 vezes maior, o que facilita na dotação de infraestrutura básica e oferta de serviços. Na perspectiva de Zanuti, Stephan e Reis (2021), o reconhecimento da impossibilidade dos pequenos municípios mineiros disporem de condições para competir com aqueles já consolidados no mercado turístico nacional, favoreceu tanto a estruturação da Política de Circuitos Turísticos (Regionalização do Turismo), quanto a destinação de parte do valor arrecadado com o Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICMS), pelo estado de Minas Gerais, para os municípios possuidores de potencialidade turística, mas que se defrontavam com barreiras financeiras. Nesse cenário, o repasse de 0,5% da arrecadação se encontra sujeito a critérios como a participação em um circuito turístico, elaboração de uma Política Municipal de Turismo e a constituição de um Conselho e Fundo Municipal de Turismo.

No tocante à vinculação de São Geraldo ao Circuito Turístico Serra do Brigadeiro, se discorre que, para pleitear o ICMS do Turismo, o município deve se associar a uma Instância de Governança Regional (IGR), logo, essa foi uma das metas estabelecidas no Plano Municipal de Turismo. Na gestão anterior, São Geraldo estava associado ao Circuito Turístico Serra de Minas, contudo, por insatisfação da antiga gerente, se buscou outra entidade, que fosse mais atenta, cuidadosa e guiasse o trabalho que estava sendo realizado. A mudança ocorreu para IGR Serra do Brigadeiro. Os participantes dizem que a Associação recebe a mensalidade, no valor de seiscentos reais, e retorna todo o montante em capacitações gratuitas pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), consultorias, eventos de amplitude regional, marketing e apoio a projetos, como o mapeamento das potencialidades turísticas dos municípios associados, em que SEBRAE, IGR e município arcarão com as despesas (nesta ação foram investidos seis mil reais, logo, 10 meses de pagamento foram integralmente utilizados para o desenvolvimento turístico do município).

Em contrapartida, o entrevistado 2 ratifica que a integração não está cristalizada, já que resulta dos anseios daqueles que irão ocupar o setor nos próximos anos. Assim sendo, haveria a possibilidade de que o município fosse, por exemplo, reinserido ao Circuito Turístico Serra de Minas, pois as cidades envolvidas estão fronteiriças a São Geraldo, abrangem a Estrada de Ferro Leopoldina e guardam consigo resquícios desse período (trilhos de trem,

estações, ferramentas, documentos, etc.). Neste contexto, o desenvolvimento de ações ligadas à Estrada de Ferro pode ser um elo de ligação entre eles. O entrevistado 2 ressaltou que em conversas com representantes do Serra de Minas foi reverberado que, caso São Geraldo voltasse ao grupo, haveria o empréstimo de uma locomotiva a vapor, o que se apresentaria como um catalisador ao desenvolvimento turístico municipal. Entende-se que é importante para o município efetivar esta possibilidade em documentos oficiais, garantindo a efetividade da ação e tornando pública essa importante possibilidade.

Adiante são discutidos os efeitos sobre a comercialização e divulgação dos atributos histórico-ambientais, equipamentos e serviços de lazer e recreação de São Geraldo. O entrevistado 1 assinala que a IGR criou a Feira do Circuito Turístico Serra do Brigadeiro, que acontece semestralmente em um dos 11 municípios associados, São Geraldo já sediou uma edição. Nesse momento, foram estruturadas tendas de artesanatos, doces típicos e produtos agropecuários frescos para todas as cidades que marcaram presença. O município de São Geraldo já participou da feira em Muriaé, Pedra Bonita e Rosário da Limeira, com a finalidade de apresentar a variedade de suas manufaturas e conhecer a diversidade e qualidade do que é fabricado por outros territórios. Outrossim, pelas reuniões de trabalho da IGR se darem em espaços diversos, muitas vezes, os gerentes de cultura e turismo das cidades associadas visitam São Geraldo, conhecem os atrativos turísticos, adquirem produtos característicos e passam a levá-los fisicamente para outras localidades e/ou a divulgá-los nas redes sociais, o mesmo acontece ao se tratar dos canais de comunicação do Circuito Serra do Brigadeiro.

Guilarducci e Fratucci (2020) reconhecem que, em Minas Gerais, os Circuitos Turísticos, ou Instâncias de Governança Regionais, constituem a principal ferramenta para o desenvolvimento e ordenamento descentralizado e integrado do turismo no território mineiro. Contudo, reconhecem que as entidades permanecem carentes de meios que as possibilitem de consolidar enquanto agentes de articulação direta e indireta de atores estratégicos na complexidade sistêmica que é o cenário turístico de Minas Gerais. Assim, ao refletirem sobre o Circuito Turístico Caminho Novo, reverberam um cenário de incipiente diálogo e integração entre a iniciativa privada, poder público e sociedade civil, uma generalizada incompreensão desses atores acerca de seus encargos como agentes do turismo, comportamentos competitivos entre os mesmos e a falta de convergência e ligação entre as ações de promoção do turismo. Em contraste, a partir da descrição dos entrevistados, se concebe o alinhamento de expectativas, interesses e preocupações por parte dos municípios integrantes do Circuito Turístico Serra do Brigadeiro, assim como uma gestão estratégica de seus recursos e um planejamento comprometido com a melhoria do turismo regional. Contudo, como será explicitado a seguir, é também dificultosa a interligação dos municípios, de uma maneira geral, aos processos decisórios referentes à estruturação do segmento em âmbito municipal.

Ao dialogar sobre a compreensão da comunidade e dos empreendedores acerca dos impactos negativos e positivos atrelados a essa atividade, os contribuintes possuem compreensões díspares. Para o entrevistado 2, a população não possui essa consciência, salvo os membros que integram o COMTUR e comparecem rigorosamente às reuniões, já que nessas são transmitidas e discutidas todas as ações da Divisão de Cultura e Turismo. Todavia, o Governo de Minas Gerais tem enfatizado, frequentemente, a importância de se comunicar à população os impactos ambientais do turismo, tendo lançado, recentemente, o Plano Diretor do Turismo Verde, com a finalidade de respaldar essa

discussão. O entrevistado 1 aponta que a comunidade está ciente das ações implementadas pela Divisão, visto que qualquer ação que dependa de parceria ou patrocínio do âmbito privado é sempre bem acolhida pelos comerciantes locais, estes disponibilizam seus produtos para serem comercializados na Feira do Circuito, reservam outros para servirem de premiações nos concursos realizados pela Divisão e se mostram bastante aptos a integrarem o conjunto de barracas nos eventos e festivais que ocorrem ao longo do ano.

Apesar disso, o profissional indica a dificuldade encontrada no que se refere à participação do empresariado local e da sociedade civil em capacitações oferecidas pela Sala Mineira, SEBRAE, Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) e a própria IGR, pois esses não dão credibilidade às formações e tendem a não liberar os funcionários. Contudo, são visualizadas melhorias vagarosas, pois esses atores têm percebido as ações realizadas e estão passando a confiar aos poucos no desenvolvimento turístico são-geraldense, assim como a participar mais ativamente do COMTUR. Ao tratar dos obstáculos entre a plena participação da comunidade são-geraldense e as decisões tomadas pelo setor, o participante alerta que o empresariado e a sociedade civil acreditam insuficientemente no desenvolvimento turístico de São Geraldo, sendo difusa a percepção de que o turismo só é feito em grandes cidades como Ouro Preto e Tiradentes, pois não haveria nenhum produto turístico ou vivência que pudesse captar a atenção de um não-nativo, logo, são frequentes falas como "Quem vai querer vir aqui?", "Quem vai querer ver a fabricação de um canudinho de doce de leite ou de um queijo?"

Mediante isso, é preciso ratificar que, por melhor intencionada que seja a administração pública municipal, quanto à estruturação e consolidação do segmento turístico, se não houver o reconhecimento e participação efetiva do empresariado e da sociedade local, essa não se constituirá como uma prática efetiva de desenvolvimento econômico local. Por isso, ao considerar, também, o território da Quarta Colônia, no Rio Grande do Sul, Ceretta *et al.* (2020) discorrem que, apesar do apoio governamental, o não engajamento da população e, conseqüentemente, a fragilidade do capital social e das redes, corroboraram para que as atividades turísticas não obtivessem êxito. Logo, buscar este envolvimento é fundamental.

A participação da comunidade em eventos de menor impacto apoiados ou promovidos pela Divisão de Cultura e Turismo, sobretudo, em período eleitoral tem sido outro problema. Em cidades menores, durante este período, a população fica muito dividida, às vezes esvaziando os eventos. Outro problema identificado é a cobrança para participação em eventos, como por exemplo o São Geraldo Bike Festival, em que as inscrições de são-geraldenses se mostraram ínfimas. Para o entrevistado, o impedimento se liga à obrigatoriedade em pagar para participar de eventos, visto que se esses forem gratuitos, há um maior engajamento, mesmo que os funcionários do setor tenham que procurá-los e incentivá-los muitas vezes a se envolverem. Em relação às pessoas de fora, sobretudo, de municípios vizinhos, essas são mais atuantes, movimentam o comércio local quando comparecem e visualizam de maneira mais amigável as ações alinhadas pelo poder público local, como referido pelo entrevistado 2.

No que concerne a resistência dos autóctones ao avanço da atividade turística, se discorre sobre a inconsistência entre a descredibilização do trabalho coordenado pelo setor e o auxílio em algumas circunstâncias, a exemplo dos proprietários de grandes empresas que, apesar de não apoiarem diretamente o desenvolvimento do turismo a partir de financiamentos, se mostram abertos a se inserir entre os atrativos/produtos que irão constar no mapeamento

turístico da cidade. Sendo assim, o maior trabalho da Divisão tem sido o de atuar na conscientização geral de comerciantes e da comunidade. Ainda sim, o segundo entrevistado sinaliza que os são-geraldenses são tímidos por natureza, principalmente, aqueles que dirigem empreendimentos. Por isso, o primeiro contato costuma ser desconfortável, mas, na medida em que um diálogo é desenvolvido, os munícipes passam a se abrir, conversar e a serem mais receptivos.

Essa descrição foi ratificada recentemente, visto que a Divisão se encontrava realizando um trabalho de mapeamento dos atrativos e experiências turísticas do município, junto ao SEBRAE, assim sendo, os envolvidos estiveram no distrito de Monte Celeste e visitaram uma propriedade especializada na fabricação de cachaça. No início, a senhora que geria o estabelecimento se encontrava desmotivada, mas na medida em que a comunicação foi se estabelecendo, ela compartilhou sua história e, inclusive, aceitou o apoio da Divisão para a revitalização de seu negócio. Partilhando desse entendimento, Dotto *et al.* (2018) deliberam a relevância de serem fortalecidas as relações público-privadas, constituídas parcerias na organização de capacitações e cursos para os agentes que atuam nessa área, planejadas as ações de divulgação e mercantilização dos atrativos e, sobretudo, envolvidas as pessoas que vivenciam concretamente essa realidade, sendo esses elementos fundamentais para a construção e manutenção da dinâmica turística local.

À frente, se discorre que São Geraldo apresenta um número considerável de atrativos culturais, históricos e naturais, assim como uma razoável infraestrutura de atendimento ao turista, isto é, alimentação, hospedagens, saúde, segurança, vestuário, etc., todavia, a população são-geraldense permanece agarrada a jargões como "isso é gasto desnecessário de dinheiro" e "não há nada para fazer aqui", por isso, se levantou a necessidade de educar os empreendedores e a população para o turismo. Na concepção do entrevistado 1, essa é a principal ação que tem sido executada nos últimos anos, na medida em que é basilar fazer com que os munícipes entendam que esse "nada para fazer" pode ser fascinante para muitos não-nativos. Como exemplo, se introduz a Trilha Patrimonial, realizada em maio de 2024, que contou com cerca de 50 pessoas acampando, sendo que a maioria eram de municípios vizinhos, afinal, os são-geraldenses se mostraram inflexíveis quanto a participação, disseminando falas como "não vou lá para mosquito não me morder" ou "não vou lá para dormir mal".

Desse modo, o entrevistado 2 entende que educar a população para o turismo é uma ação indispensável à continuidade do trabalho da instituição, todavia, isso está sendo realizado aos poucos, junto às crianças e aos professores das escolas de São Geraldo, de tal maneira que os resultados da intervenção só serão constatados futuramente. No que diz respeito aos adultos e idosos, o entrevistado parece pouco otimista, sobretudo, pela regularidade em que os "causos", as histórias, as lendas e os protagonistas da cidade são sufocados até ao desaparecimento, o que gera lacunas incontornáveis na identidade cultural, histórica e social do município. Similarmente, o primeiro contribuinte sinaliza a existência de convites para inúmeras capacitações, conversas, eventos, etc., mas a adesão é baixíssima. Esse é o caso das reuniões do COMTUR, em que o comércio local e a sociedade civil ocupam a maior parte das cadeiras, e, apesar dos convites e incentivo a participação da população, muitas pessoas não comparecem, por não se interessarem e/ou resistirem a escutar e problematizar as ações promovidas pela Divisão. Com referência a isso, é preciso reconhecer que o desenvolvimento turístico local implica

na ampliação do índice de empregabilidade, na maximização do fluxo de capitais, na preservação de traços ambientais, culturais e históricos, mas, para que isso se efetive, é basilar que o planejamento e gestão se constituam de forma democrática e participativa, alçando a um sincronismo entre crescimento econômico e desenvolvimento social (Santos, Chehade & Quini, 2010).

Felizmente, esse tipo de pensamento não atinge todos os cidadãos, dado que alguns empreendedores se encontram atentos às exigências dos visitantes da cidade, a exemplo do Georgina Hotel, que transformou consideravelmente sua infraestrutura, pois está ciente de que os turistas não saem de suas residências para ficarem desconfortáveis (a não ser que estejam visando uma nova experiência junto a natureza), o que é percebido na fala do entrevistado 1. Outra iniciativa a valorizar é o Clube do Biciclotrem do Mirante, coordenado por atores privados e apoiado pelo poder público local. Esse atrativo já é buscado pelos munícipes e visitantes, mas ainda não se consolidou, mediante a necessidade de se realizarem investimentos relevantes na dotação de infraestrutura de suporte, ou seja, na manutenção da linha férrea, na presença de equipe de segurança e saúde, na divulgação do produto nas redes sociais e na alocação de iluminação no Conjunto Paisagístico do Mirante. Assim, essas melhorias têm sido realizadas aos poucos, no sentido de gerar e potencializar produtos turísticos capazes de despertar o interesse dos sujeitos que passam pela cidade, o que viria a se incorporar ao clima da região, aos preços acessíveis e a receptividade dos são-geraldenses, aspectos referidos como magnéticos pelo entrevistado.

Ademais, é sinalizada a existência de dois bons restaurantes, lanchonetes, pizzarias e sorveterias, entretanto, há uma preocupação quanto a precariedade de atrações noturnas, como bailes e bares, operando, sobretudo, nos finais de semana. Acrescentando à reflexão, o entrevistado 2 comenta sobre a decadência da vida noturna da cidade, essa tendo sofrido duros golpes desde o início dos anos 2000. Anteriormente, havia uma efervescência de bailes, bares, botecos, clubes, forrós, etc., que movimentavam, demasiadamente, a economia local aos finais de semana e atraíam visitantes das cidades próximas, tal como os nostálgicos Bar da Caiana, Bar do Galdino, Luzia Rocha, Pesque-pague do Oswaldino e o Baile do Clube Filarmônica. Contudo, a maior parte desses estabelecimentos teve suas atividades encerradas na última década, o que gerou um gargalo no entretenimento noturno do município.

Posto isto, o profissional salienta que são pouquíssimas as atividades que podem ser realizadas durante a noite e aos finais de semana, salvo aquelas estabelecidas no calendário de eventos da Divisão, o que tem favorecido a sensação de monotonia. Sendo assim, é evidente a preocupação da administração pública quando a reinvenção da vida noturna de São Geraldo, posto que, caso o cenário permaneça, esse poderá se constituir como um dos condicionantes à decadência do turismo na cidade. Adicionando a essa ponderação, Azzoni (1993), discute que, apesar de os elementos condicionantes do desenvolvimento turístico estarem, irremediavelmente, nas mãos do setor público, isto é, a identificação de pontos de estrangulamento, a promoção de soluções criativas e a elaboração de um planejamento estratégico, deverá ser o setor privado da economia o principal agente a divulgar, estruturar e financiar os atrativos, equipamentos e serviços, cabendo ao poder público o encargo de garantir a infraestrutura básica de acessibilidade, sinalização, segurança, etc.

Retomando a discussão sobre o ICMS do Patrimônio Cultural e do ICMS do Turismo, é recebido pelo município desde 2020/2021, sendo que esse recurso se refere a 1% da arrecadação do município (0,5% do Patrimônio e 0,5%

do Turismo). Anteriormente, os valores variavam entre dois e cinco mil reais, hoje, com as transformações coordenadas pela entidade, os repasses alternam entre dezoito e vinte cinco mil reais por mês para ambos os segmentos. O participante explica que o montante é depositado nas contas bancárias da Prefeitura, entretanto, cabe ao poder executivo transferir ou não o valor total (o ideal é ter uma conta específica para o órgão de turismo). No caso de São Geraldo, o valor é repassado integralmente para as contas da entidade, de tal maneira que há total liberdade para executar as ações que sejam convenientes ao patrimônio e ao turismo. Outrossim, esses parâmetros se baseiam, exclusivamente, na arrecadação municipal e na pontuação efetuada pela Divisão, pelo que as ações avaliadas são diversas, sendo ínfimos os pontos para cada atividade. Assim, o entrevistado 2 diz que, por ter havido um aumento considerável no valor dos repasses, está sendo possível executar obras menores, custear a contratação de pessoal em eventos e arcar com o pagamento da consultoria especializada em cultura e turismo. Em contrapartida, se discorre que o ICMS é baixo para algumas ações, como por exemplo a implementação de uma tirolesa no Conjunto Paisagístico do Mirante. Em função do exposto, a utilização eficiente dos recursos é defendida, junto com a parceria inegociável com a Prefeitura, na medida em que, inteirada do bom desempenho da Divisão frente às adversidades, o poder executivo vem coordenando uma série de ações que favorecem a consolidação do turismo em São Geraldo, tal como a criação de acessos aos principais produtos turísticos locais, a partir da formação de convênios. Essa situação, marcada pelo engajamento da administração pública na dotação de infraestrutura básica para o beneficiamento da atividade turística municipal, é oposta à realidade descrita por Dotto *et al.* (2018), na medida em que, apesar de identificarem algumas iniciativas de colaboração para o desenvolvimento turístico, a atuação do poder público, junto à iniciativa privada e à sociedade civil, não tem repercutido em projetos e ações concretas para o território investigado.

O primeiro entrevistado salienta, ainda, que os recursos angariados são o suficiente para a execução das ações principais, entretanto, estes não dariam conta de arcar com os custos do Carnaval e da Festa Country, dois dos principais cartões postais da cidade. Entretanto, a Divisão busca apoiar esses grandes eventos, ao passo em que as pequenas celebrações são plenamente financiadas. Ademais, nos festivais menores, a entidade cede a infraestrutura para que os empreendedores locais possam comercializar seus produtos, sendo que uma pequena parte do valor arrecadado é devolvido à instituição, de modo a se realizar o financiamento dos eventos futuros. Esse é o caso do Festival Gastronômico Música, Sabores e Cultura, que pertencia, anteriormente, à Prefeitura, mas que passou a ser competência do setor, sobretudo, por ser algo que o governo de Minas Gerais está apoiando. Logo, na ocasião, o poder executivo arca com alguns custos, mas é a Divisão quem pleiteia as atrações musicais e a infraestrutura, por intermédio do Fundo Municipal do Turismo (FUMTUR).

Ao tratar das grandes obras de infraestrutura, essas estão no encargo do Poder Público e têm sido minuciosamente realizadas, à medida que a consultoria do patrimônio e turismo e a mensalidade da IGR são destinadas à instituição. Além disso, a Divisão, ao contrário da prefeitura, não possui recursos próprios, dependendo desta para o financiamento de questões estruturais, como o pagamento das contas de água, internet, luz, etc., que não podem ser cobertos pelo ICMS do Patrimônio e do Turismo. Em relação à contratação de pessoal, a participante indica o receio do poder executivo quanto à contratação de mais pessoas para a pasta e a consequente sobrecarga da folha de pagamento, afinal, a Divisão está subordinada à Secretaria de Educação, que já compreende um número

considerável de servidores. Neste sentido, a alternativa encontrada foi a contratação de estagiários, apoiada pelo novo regulamento do FUMTUR, que prevê um montante para a consultoria, estagiários e marketing. Essa mudança nas diretrizes visou a criação de um setor autossustentável, o que é, inclusive, reconhecido pelo poder executivo.

No que se refere aos parceiros, o participante ratifica que o ICMS, apesar de corroborar decisivamente para o desenvolvimento do setor, não deve ser a única fonte de recursos, logo, é muito importante que a comunidade e os empresários adquiram a consciência de que a prefeitura não detém o monopólio sobre os eventos, feiras e festivais, mas ela pode organizá-los no sentido de divulgar seus produtos e movimentar o comércio local. Nesse contexto, o entrevistado 2 argumenta que as parcerias público-privadas são indispensáveis ao desenvolvimento satisfatório do setor, tanto para a criação de infraestrutura básica (como iluminação pública, outorga da água, calçamento e manutenção das vias de acesso), quanto para a realização de estudos focados na capacidade de carga dos atrativos ambientais e no gasto médio e satisfação dos visitantes com a cidade, equipamentos e serviços ofertados.

Caminhando para o término da investigação, se inquiriu se o planejamento deve ser o ponto de partida para a implementação de qualquer atividade e se esse deve contar ou não com a participação popular. Para o entrevistado 1, toda execução deve ser antecedida de um planejamento adequado, na medida em que é indispensável que a comunidade esteja alerta quanto aos impactos negativos e positivos atrelados aos eventos e obras que estão sendo implementados. Logo, todas as decisões tomadas pela Divisão passam pelo COMTUR, que se tem reunido trimestralmente para analisar, opinar e problematizar o que está em ata, sendo que a concretização só se outorga mediante a autorização dos conselheiros. Outrossim, o profissional diz que algumas deliberações são realizadas sem consulta, visto que a Divisão desenvolveu a consciência do que seria ou não acatado por esses sujeitos. Para além disso, é reverberada a primordialidade de que a sociedade civil participe mais ativamente das ações promovidas pelo setor, afinal, até o momento, os de fora tem se engajado mais profundamente na dinâmica da cidade. Logo, Faria (2021) infere que o poder público, ao assumir o *status quo* de regulador do uso do território, a partir da criação e coordenação do planejamento, tal como realizado pela Divisão de Cultura e Turismo de São Geraldo, está corroborando para que os interesses da população local sejam primordialmente considerados, na mesma medida em que os lucros/recursos adquiridos pelo e com o turismo sejam harmonicamente utilizados.

Semelhantemente, o entrevistado 2 aponta para a inviabilidade de se pensar o turismo sem a participação ativa e propositiva do comércio e da sociedade, afinal, quem acolhe, conversa e orienta o turista é a população. Nesse contexto, indica a importância de que a população se conscientize e busque formação, no sentido de melhor recebê-los e tratá-los ao longo de sua estadia, já que o turismo é uma realidade são-geraldense, havendo atrativos consideráveis, infraestrutura primária, publicidade nas redes sociais e o reconhecimento das instâncias governamentais quanto a sua efetividade e potencialidade, sendo esse anseio inerente a seu discurso.

Por conseguinte, se abriu espaço para dialogar acerca do cumprimento das metas estabelecidas no Plano Municipal de Turismo e dos encaminhamentos para o próximo biênio. O entrevistado 1 sinaliza que a Divisão nunca conseguiu executar um plano em sua totalidade, principalmente, pela escassez de mão de obra, pois muitas das estratégias elencadas não dependem exclusivamente do setor. O plano anterior ao de 2023-2024, não se encontrava adequado à realidade municipal, de forma que sua efetivação seria inviável, já que era totalmente dependente de

sujeitos externos e o processo de contratação no poder público é deveras moroso, assim, esse documento sofreu modificações tangíveis e, após leitura atenta e conversa com os gestores, é possível dizer que esse foi alcançado quase plenamente. Entre as metas lembradas pela profissional, se citam as sucessivas reformas no Conjunto Paisagístico do Mirante, principalmente, a pintura da Estação e a criação do deck.

Por fim, os questionados fizeram ponderações acerca do futuro da entidade. Segundo o primeiro entrevistado, há grande preocupação com o futuro da Divisão e, necessariamente, com o desenvolvimento do turismo em São Geraldo, muito em função da descontinuidade das políticas públicas e da fragilidade da governança no município. Dependendo de quem estiver no poder, as ações anteriores podem ser integralmente desconsideradas, criando coisas sem precisão, deixando de se focar na educação patrimonial e turística ou rompendo com parceiros que contribuíram significativamente para o desenvolvimento do turismo na cidade. Por outro lado, o entrevistado 2 se debruça sobre os caminhos que serão seguidos nos próximos anos, caso permaneçam na instituição, logo, destaca a carência de uma locomotiva a vapor na cidade, na medida em que esta se fez e progrediu em torno da ferrovia. Consequentemente, é indiscutível a precisão de se revitalizar a linha férrea e, por isso, foram encaminhados dois projetos para a instância federal, no valor de dezasseis milhões de reais, com o intuito de reavivar a linha férrea de São Geraldo até Coimbra. Infelizmente, o que impede a concretização do empreendimento, na concepção do entrevistado 2, é a dificuldade dos entes políticos assumirem os encargos de reivindicar e salvaguardar a realização do projeto.

À face do exposto, é indubitável a diligência dos sujeitos que atuam no setor ao tratar do planejamento e gestão de obras que beneficiem a atividade no município, principalmente, por terem cumprido, quase na totalidade, as ações delineadas pelo Plano Municipal de Turismo, sendo esses resultados manifestos na paisagem local. Além disso, há a percepção de que ambos compartilham anseios, conhecimentos, inseguranças, sentimentos e visões de mundo semelhantes, havendo um alinhamento entre suas respostas e, conseqüentemente, uma similitude no que se refere aos empreendimentos que por eles estão sendo conduzidos. Não obstante, no futuro, um possível ponto de discordância entre estes, poderá se constituir como a escolha da IGR na qual se irão integrar, na medida em que o entrevistado 1 é um defensor fervoroso da associação à IGR Serra do Brigadeiro e o entrevistado 2 parece não descartar a possibilidade de se anexar à IGR Serra de Minas. Independente disso, por seu histórico de amabilidade, conversas e decisões, se tem a consciência de que haverá um consenso entre as partes e que esses chegarão a um desfecho que trará benesses para São Geraldo.

Em suma, sabe-se que o estudo, ao focalizar as experiências e perspectivas dos funcionários da Divisão de Cultura e Turismo de São Geraldo, no que tange a estruturação do segmento turístico, apresenta uma série de limitações, a exemplo da restrição a um contexto específico – sem considerar a realidade do planejamento e gestão em municípios fronteiriços ou mesmo naqueles que, também, integram o Circuito Turístico Serra do Brigadeiro – assim como a desconsideração das expectativas, preocupações e questionamentos da iniciativa privada e população são-geraldense acerca do ordenamento turístico. Logo, o objetivo do escrito está em fornecer um panorama das ações do poder público municipal são-geraldense ao se tratar de uma das mais relevantes atividades econômicas da contemporaneidade, sem desconsiderar a possibilidade de, futuramente, ampliar a análise a partir da pesquisa das

fragilidades anteriormente citadas. Com isso, espera-se subsidiar uma autoavaliação e reflexão, por parte dos gestores da pasta de Cultura e Turismo de São Geraldo, acerca dos limites e possibilidades de sua atuação, tal como conscientizar os demais componentes da administração pública, empresariado e sociedade civil, sobre o trabalho que vem sendo conduzido, de maneira eficaz e responsável, por esses sujeitos. Outrossim, ressalta-se a viabilidade da presente pesquisa em conscientizar, inspirar e motivar sujeitos que se encontram à frente de pastas de Cultura e Turismo, em cenários de relativa escassez, no que diz respeito à relevância da estruturação de um planejamento robusto que se faça anterior à introdução da atividade turística.

5. Considerações finais

A partir da discussão, se concebeu que os princípios de colaboração e complementação guiam o trabalho dos profissionais que labutam na Divisão de Cultura e Turismo, o que é visualizado na partilha clara de tarefas e no âmagos em aprenderem um com o outro. Por outro lado, eles assinalam que o número reduzido de trabalhadores na pasta e o conseqüente excesso de trabalho, têm servido como limitantes ao pleno funcionamento do setor, havendo, assim, o consenso da indispensabilidade de que a Divisão seja convertida em Secretaria de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer, de modo a pleitear a ruptura com a dependência de outros setores da prefeitura.

De forma semelhante, se concebe o protagonismo da entidade frente ao desenvolvimento são-geraldense, o que é justificado pelo ceticismo dos empreendedores e da população, que acabam por depositar todos os encargos sobre a Prefeitura, repercutindo de forma negativa sobre a consolidação dessa atividade. Por outro lado, esses sujeitos vêm se aproximando em ocasiões que possam divulgar seus produtos e serviços, patrocinando alguns eventos e projetos, enviando seus produtos para serem comercializados na Feira do Circuito Turístico Serra do Brigadeiro e se mostrando aptos a montarem barracas nos festivais que ocorrem ao longo do ano. Apesar disso, é salientada a resistência dos grandes empresários do pólo moveleiro, laticínios, hospedarias e restaurantes em investir financeiramente na divulgação dos atrativos turísticos de São Geraldo, na melhoria da infraestrutura de seus empreendimentos e na qualificação de sua mão de obra.

Em vista disso, o cenário descrito equipara-se ao de outros municípios brasileiros, sobretudo, no que se refere à incipiência de estrutura, pessoas, recursos e tempo para o beneficiamento desse segmento, pois, como assinalado por Dotto *et al.* (2018), os administradores públicos tendem a não eleger as áreas de cultura e turismo como prioritárias, escoando os recursos para aquelas consideradas emergenciais, como a educação, saúde, segurança e transporte. Outrossim, a baixa articulação entre os componentes da iniciativa privada, poder público e sociedade civil é um problema compartilhado, repercutindo na debilidade de parcerias público-privadas, na insustentabilidade da gestão integrada e na dificuldade em se firmar um planejamento verdadeiramente participativo. A respeito disso, Guillarducci e Fratucci (2020) ratificam a predominância de um cenário de baixa proximidade, competição e falta de convergência entre as ações da iniciativa privada, poder público e sociedade civil, além do baixo investimento estatal em recursos, pessoas e tempo para a estruturação da dinâmica turística em Minas Gerais.

Na contramão, é preciso reconhecer a atuação ativa, eficiente e propositiva da Divisão de Cultura e Turismo são-geraldense, visível na execução de obras para a melhoria da acessibilidade e sinalização, custeio de eventos e

festivais, associação com o Circuito Turístico Serra do Brigadeiro, comparecimento às feiras regionais, preocupação com a manutenção da atratividade e reforma de seus patrimônios histórico-culturais e ambientais, investimento, reconhecimento e valorização dos artistas e artesãos locais, entre outras iniciativas de verdadeiro impacto cultural e econômico. Assim, por mais que a Divisão opere com orçamento reduzido e haja uma sobrecarga de trabalho nas figuras da fiscal de contratos e do gerente, a preocupação com a formulação de um planejamento exequível e sua operacionalização em um intervalo de tempo relativamente curto, pode servir como inspiração a gestores de turismo inseridos em contextos de escassez. Fora isso, é evidente a preocupação desses atores quanto à conscientização dos munícipes sobre as possibilidades intrínsecas ao turismo, tal como o interesse dos mesmos em engrandecerem a articulação entre a iniciativa privada, poder público e a sociedade civil, a partir de projetos diversos, o que, também, é visto como uma boa prática a ser transferida para contextos similares.

Por fim, o escrito, ao se debruçar sobre a realidade de um lugar pouco versado por pesquisas científicas, visou visou corroborar com a produção acadêmica referente ao planejamento e gestão municipal do turismo, evidenciando a indispensabilidade de que as administrações públicas estejam verdadeiramente comprometidas com a elaboração de planos responsáveis e seguros, sobretudo ao se tratar de atividades capazes de desembocar em impactos positivos e negativos sobre o meio ambiente e a sociedade. Assim, por mais que a participação da iniciativa privada e da sociedade civil tenha sido constatada de maneira ínfima nas falas dos agentes entrevistados, o reconhecimento desses a respeito de sua indispensabilidade é um bom indicativo de que os mesmos continuarão a incentivar a inclusão dos munícipes nos processos decisórios referentes ao turismo, cabendo, então, à iniciativa privada e à população uma auto-reflexão no que diz respeito à necessidade de adentrar, capacitar e engajar proficuamente em discussões nos âmbitos com potencial para ocasionar modificações expressivas em seus meios e modos de vida. Logo, em estudos futuros, há a possibilidade de se averiguar as motivações por trás do baixo envolvimento desses atores na estruturação do segmento turístico municipal, assim como empreender investigações acerca do potencial dos Circuitos Turísticos para a dinamização, estruturação e promoção do turismo em âmbito regional.

Anexo

Roteiro de Entrevistas

1. Formação do entrevistado.
2. Cargo.
3. Tempo de serviço.
4. Você se considera totalmente apto a coordenar as ações de planejamento e gestão atribuídas ao setor? Justifique.
5. Dentre as dificuldades enfrentadas cotidianamente, qual delas é um ponto de estrangulamento ao pleno funcionamento do setor? Como isso poderia ser transformado?
6. Apesar do turismo estar em plena expansão em todo o Brasil, a atividade, muitas vezes, tem se desenvolvido de forma desordenada e com objetivos de curto prazo. Em São Geraldo, esse é o cenário visualizado? Justifique.
7. O município possui um Plano Municipal de Turismo? Como se deu sua criação? Quais atores estiveram envolvidos?
8. Quais dificuldades são visualizadas em sua implementação?
9. A associação de São Geraldo ao Circuito Turístico Serra do Brigadeiro foi uma das metas estabelecidas no Plano Municipal de Turismo? Essa colaboração têm surtido efeitos no que se refere a comercialização e divulgação dos atributos histórico-ambientais, equipamentos e serviços de lazer e recreação?
10. A comunidade, junto aos empreendedores de São Geraldo, estão cientes dos impactos positivos e negativos atrelados a essa atividade?
11. Quais obstáculos se colocam entre a plena participação da comunidade são-geraldense e as decisões tomadas pelo setor? Você percebe uma resistência por parte desses sujeitos quanto ao desenvolvimento da atividade turística no município? Quais falas são comuns?
12. De maneira geral, São Geraldo possui um conjunto de atrativos culturais, históricos e naturais, assim como uma razoável infraestrutura de atendimento ao cliente (hospedagens, alimentação, vestuário, segurança, saúde, etc.), contudo, ainda são comuns falas como “não há nada pra fazer aqui” ou “isso é gasto desnecessário de recursos”, por parte da população, ao se referir ao turismo são-geraldense. Nesse sentido, para que o setor se expanda consideravelmente, é necessário educar a população e os empreendedores para o turismo? Como a educação turística pode ser implementada?
13. Em relação ao governo estadual, qual é o valor do ICMS-Cultural e ICMS-Turístico repassado? Desde quando ocorre essa transação financeira? Existe recursos próprios da Divisão de Cultura e Turismo?
14. O repasse do ICMS-Cultural e ICMS-Turístico tem favorecido a contratação de pessoal, organização de eventos e execução de obras? Se não, quais ações estão sendo encabeçadas? O recurso repassado é suficiente ou parcerias público-privadas devem ser pleiteadas? O município já lança mão de parcerias público-privadas? Vocês estão cientes do gasto médio de um visitante por dia? Justifique.
15. Na sua opinião, o planejamento deve ser o ponto de partida para a implementação de qualquer atividade? A participação da população é indispensável? Como instigar que esses sujeitos participem?
16. Questão aberta.

Informação Suplementar

Autores

Gabriela Rodrigues da Silva - Mestranda do Programa de Extensão Rural da Universidade Federal de Viçosa (UFV) – bolsista Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, Brasil). Bacharela e Licenciada em Geografia pela Universidade Federal de Viçosa (UFV). Viçosa, Brasil.

gabriela.r.rodrigues@ufv.br

<https://orcid.org/0000-0001-9287-5709>

André Luiz Lopes de Faria - Doutor em Agronomia (Solos e Nutrição de Plantas) pela Universidade Federal de Viçosa (2010). Atualmente é professor adjunto da Universidade Federal de Viçosa. Coordena o Laboratório de Geomorfologia do Quaternário DGE/UFV. Coordena o grupo de pesquisas em Paisagens continentais e costeiras. Viçosa, Brasil.

andre@ufv.br

<https://orcid.org/0000-0003-0492-9725>

Annaelise Fritz Machado – Doutoranda do Programa de Extensão Rural da Universidade Federal de Viçosa (UFV) – bolsista Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, Brasil). Mestre em Gestão do Turismo pelo Instituto Politécnico do Cavado e do Ave – Portugal (IPCA). Bacharel em Turismo/FACTUR- Fundação Educacional São José. Bacharel em Administração pela Universidade Estácio de Sá. Viçosa, Brasil.

annaelise.machado@ufv.br

<https://orcid.org/0000-0003-3849-7350>

Marco Antonio Saraiva da Silva – Doutor em Geografia pela FCT/Unesp, câmpus Presidente Prudente (2025). Atualmente desenvolve pesquisas junto ao Laboratório de Geomorfologia do Quaternário DGE/UFV. Viçosa, Brasil.

marco.saraiva@unesp.br

<https://orcid.org/0000-0003-2897-8185>

Agradecimentos

A primeira autora agradece o apoio recebido por meio da bolsa de mestrado, enquanto a terceira autora expressa agradecimento pela bolsa de doutorado concedidas pela agência de fomento CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior).

Nota

O escrito advém da monografia intitulada "Desenvolvimento Turístico em São Geraldo (MG): Análise do Plano Municipal de Turismo e da atuação da Sociedade Civil na conformação do destino", apresentada por Gabriela Rodrigues da Silva ao Departamento de Geografia da Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências para obtenção do título de bacharela em Geografia.

Data de submissão: 2025-04-25

Data de aceitação: 2025-12-19

Data de publicação: 2025-12-31

Referências

- Azzoni, C. R. (1993). Desenvolvimento do turismo ou desenvolvimento turístico: Reflexões com base em duas regiões atrasadas em São Paulo. *Revista Turismo em Análise*, 4(2), 37–53. <https://www.revistas.usp.br/rta/article/download/63121/65912/82621>
- Bahl, M. (2005). Roteiros e eventos como elementos dinâmicos no desenvolvimento regional do turismo. *Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul*, 3, 1–15. <https://www.uces.br/site/midia/arquivos/gt13-roiteiros.pdf>
- Binfaré, P. W., Castro, C. T., Silva, M. V., Galvão, P. L., & Costa, S. P. (2016). Planejamento turístico: Aspectos teóricos e conceituais e suas relações com o conceito de turismo. *Revista de Turismo Contemporâneo*, 4(1), 24–40. <https://periodicos.ufrn.br/turismocontemporaneo/articloe/view/6042>
- Brasil. Ministério do Turismo. (2025). *Com alta de 6%, turismo nacional fecha primeiro trimestre faturando recorde de R\$ 55,4 bilhões*. Brasília. <https://www.gov.br/turismo/pt-br/assuntos/noticias/com-alta-de-6-turismo-nacional-fecha-primeiro-trimestre-faturando-recorde-de-r-55-4-bilhoes>
- Brasil. Ministério do Turismo. (2025). *Turismo abre quase 26 mil vagas formais em abril e acumula mais de 88 mil novos empregos no ano*. Brasília. <https://www.gov.br/turismo/pt-br/assuntos/noticias/turismo-abre-quase-26-mil-vagas-formais-em-abril-e-acumula-mais-de-88-mil-novos-empregos-no-ano>
- Candaten, S., Marques da Silva, R. C., & Motta de Freitas, M. (2022). A experiência do lugar: O turismo em Ametista do Sul/RS e Iraí/RS. *Pixo: Revista de Arquitetura, Cidade e Contemporaneidade*, 6(22), 294–315. <https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/pixo/article/download/25464/18878>
- Ceretta, C. C., Dotto, D. M. R., Pons, M. E. D., & Maysonave, G. S. (2020). Perspectivas territoriais de desenvolvimento a partir do turismo rural: O caso do território Quarta Colônia/RS, Brasil. *Redes: Revista do Desenvolvimento Regional*, 25(2), 2343–2360. <https://www.redalyc.org/journal/5520/552068861017/552068861017.pdf>
- Cruz, R. D. C. A. (2003). *Introdução à geografia do turismo* (125p.) São Paulo: Roca.
- Cruz, R. D. C. A. (2006). Planejamento governamental do turismo: Convergências e contradições na produção do espaço. In A. I. G. Lemos, M. Arroyo, & M. L. Silveira (Orgs.), *América Latina: Cidade, campo e turismo* (pp. 337–350). CLACSO. <https://core.ac.uk/download/pdf/35163839.pdf>

- Dotto, D. M. R., Denardin, A. C. M., Pons, M. E. D., & Ceretta, C. C. (2018). Gestão municipal e ações integradas para o fortalecimento do turismo no território Quarta Colônia, RS, Brasil. *Turismo: Visão e Ação*, 20(1), 132–157. <https://periodicos.univali.br/index.php/rtva/article/view/12160>
- Faria, A. L. L. (2021). Notas sobre a relação entre turismo e planejamento ambiental. In M. I. D. J. Chrysostomo, A. L. L. D. Faria, & G. S. Iorio (Orgs.), *Espaço, dinâmicas territoriais e apropriações* (pp. 196–223). Editora UFV.
- Feger, J. E., Kaizer, E. F., Minasi, S. M., & Fratucci, A. C. (2024). A participação plural no contexto da governança do turismo de Curitiba/PR. *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo*, 18, e-2892, 1–16. <https://www.scielo.br/j/rbtur/a/Mcww3Zw49XStwgGjPXGxfNm/?lang=pt>
- Franco, M. L. P. B. (2005). *Análise de conteúdo* (2ª ed.) (96p.). Liber Livro Editora.
- Gois, S. N., & Carvalho, K. D. (2022). Práticas de lazer na dinâmica socioespacial do município de São Bernardo, Maranhão: Reflexões a partir da comunidade local. *Cenário: Revista Interdisciplinar em Turismo e Território*, 10(1), 24–44. <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=9879431>
- Goliath-Ludic, K., & Yekela, S. (2020). Residents' perception of the environmental impact of tourism: A case study of the Bawa community in Butterworth, South Africa. *GeoJournal of Tourism and Geosites*, 33, 1527–1531. <http://gtg.webhost.uoradea.ro/PDF/GTG-4spl-2020/gtg.334spl12-603.pdf>
- Guilarducci, B. C., & Fratucci, A. C. (2020). Análise da rede social da Instância de Governança do Circuito Turístico Caminho Novo, MG: Uma perspectiva sistêmica e complexa. *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo*, 14, 140–160. <https://www.scielo.br/j/rbtur/a/7RZHSvbyLHRk9HXJFhv6VP>
- Irving, M. D. A., Lima, M. A. G. D., & Nasri, Y. X. G. (2022). Turismo e áreas protegidas: Tendências globais e desafios para a integração de políticas públicas. *Confins*, 54. <https://doi.org/10.4000/confins.45109>
- Loch, C., & Walkowski, M. D. C. (2009). O processo participativo no planejamento turístico do espaço rural de Alfredo Wagner/SC. *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo*, 3(1), 46–67. <https://www.rbtur.org.br/ojs/index.php/rbtur/article/view/132>
- Marafon, G. J., Ramires, J. C. L., Ribeiro, M. A., & Pessôa, V. L. S. (2013). *Pesquisa qualitativa em geografia: Reflexões teórico-conceituais e aplicadas* (528p.). Eduerj. <https://books.scielo.org/id/hvsdh>
- Marconi, M. A., & Lakatos, E. M. (2003). *Fundamentos de metodologia científica* (5ª ed.). Atlas.
- Moser, G., Francisco, T. H. A., & de Andrade, J. B. S. O. (2024). O papel das comunidades locais na sustentabilidade dos destinos turísticos: Estudo exploratório sobre as possibilidades para o turismo de base comunitária. *Revista de Estudos Interdisciplinares*, 6(2), 1–17. <https://revistas.cceinter.com.br/revistadeestudosinterdisciplinar/article/view/1367>
- Pourbahador, P., & Brinkhuijsen, M. (2023). Municipal strategies for protecting the sense of place through public space management in historic cities: A case study of Amsterdam. *Cities*, 136, 104242, 1–9. <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0264275123000549>
- Ruschmann, D. (2016). *Turismo e planejamento sustentável: A proteção do meio ambiente* (764p.). Papirus.
- Santos, L. H. O. (2024). A instrumentalização da paisagem pelo turismo: O caso da Serra Fina – Sudeste do Brasil. *GOT: Revista de Geografia e Ordenamento do Território*, 27, 44–67. <https://ojs.letras.up.pt/index.php/got/article/view/14286/12718>
- Santos, R. A. D., Chehade, M. B., & Quini, D. N. (2010). A relação da atividade turística com o meio ambiente. *Revista Científica Eletrônica de Turismo*, 8, 1–6. http://faef.revista.inf.br/imagens_arquivos/arquivos_d_esteque/LGM012wmMEyAwSb_2013-5-23-12-28-27.pdf
- Senna, J. V. G., & Magagnin, R. C. (2023). Percursos turísticos acessíveis: O caso do centro histórico de Itu (Brasil). *GOT: Revista de Geografia e Ordenamento do Território*, 26, 126–154. <https://ojs.letras.up.pt/index.php/got/article/view/13739/12346>
- Viana, J. P., & Fratucci, A. C. (2023). Planejamento e desenvolvimento turístico em Maricá (RJ): Ações do poder público, iniciativa privada e perspectivas da população local. *Turismo: Visão e Ação*, 25, 461–481. <https://www.scielo.br/j/tva/a/DW8rTQQWcGXKYDrqDnFSpd>
- Vieira, E. W., Araújo, A. J. F., & Serra, D. J. S. (2016). Turismo e território: Planejamento turístico para o desenvolvimento sustentável do Polo Munim, Maranhão. *Revista da Casa da Geografia de Sobral*, 18(2), 100–117. <https://rcgs.uvanet.br/index.php/RCGS/article/view/305>
- Zanuti, A. F., Stephan, Í. I. C., & Reis, L. F. (2021). O turismo em pequenas cidades de Minas Gerais: Circuitos turísticos e ICMS turístico. *Pixo: Revista de Arquitetura, Cidade e Contemporaneidade*, 5(19), 166–183. <https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/pixo/article/view/20692>